

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS ALTOS ESCALÕES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVÁVEIS (IBAMA) - 1989-2019

Giovanni Salera Júnior¹
Rozeane Albuquerque Lima²

RESUMO

O foco deste texto é o registro da presença de mulheres nos altos escalões do IBAMA, buscando obter um panorama da (des)igualdade existente entre homens e mulheres na ocupação de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) nas Superintendências Estaduais. Tal carreira, conhecida como carreira de “gestor” demonstrou ser um bom recorte para tal pesquisa, por proporcionar identificar e comparar, ao longo de 30 anos de existência do Instituto, a presença de homens e mulheres nessas posições de poder.

Palavras-chave: Igualdade de gênero; IBAMA; Cargos de direção.

ABSTRACT

The focus of this text is the registration of the presence of women in the upper echelons of IBAMA, seeking to obtain an overview of the (in)equality existing between men and women in the occupation of management and Superior Advisory (DAS) positions in the State Superintendencies. Such a career, known as a “manager” career, proved to be a good cut for such research, as it provided the opportunity to identify and compare, over the Institute's 30 years of existence, the presence of men and women in these positions of power.

Keywords: Gender equality; IBAMA; Management positions.

INTRODUÇÃO:

Ao refletir sobre as mulheres e sua posição na sociedade atual uma obra nos vem à mente: História das Mulheres no Brasil. Nela a autora Mary Del Priori enfatiza que não se pode falar das mulheres ao longo da História sem pensar que esta história não está dissociada de tantas outras: das famílias, do trabalho, da mídia, da literatura, da sexualidade, da violência, dos sentimentos e das representações. Não se pode falar de mulheres no Brasil também generalizando os espaços- as regiões, o campo e a cidade, generalizando os extratos sociais: as escravas, as burguesas, as donas de casa, as operárias, as profissionais liberais. Vemos, portanto, que tratar da história das mulheres no Brasil não é um tema tão simples.

Para a análise que ora nos propusemos a fazer nos interessa compreender a mulher em seu universo do trabalho. Sabemos que em muitas sociedades durante muitos séculos foram negados às mulheres direitos básicos, como o direito ao voto, o acesso à escola e à

¹ Analista ambiental do IBAMA; Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins; E-mail : salerajunior@yahoo.com.br

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; E-mail: rozeanelima@gmail.com.

participação ativa no mercado de trabalho. Em muitos casos o papel que a sociedade destinava à esta mulher era o de dona de casa, esposa e mãe. Este papel vem sendo questionado em várias sociedades durante séculos e, nas últimas décadas a conquista de espaços antes não acessíveis tem se tornado uma realidade. Estas conquistas não foram dadas. Na verdade representam muitas lutas, várias inclusive envolvendo prisões, mortes, discriminações e preconceitos. Tratemos no artigo alguns números atuais na tentativa de demonstrar a conquista do espaço feminino no mundo do trabalho no Brasil atual. No entanto, em termos de representatividade, os números que aqui apresentaremos ainda são muito pequenos e estão longe de sinalizar um equilíbrio, uma igualdade.

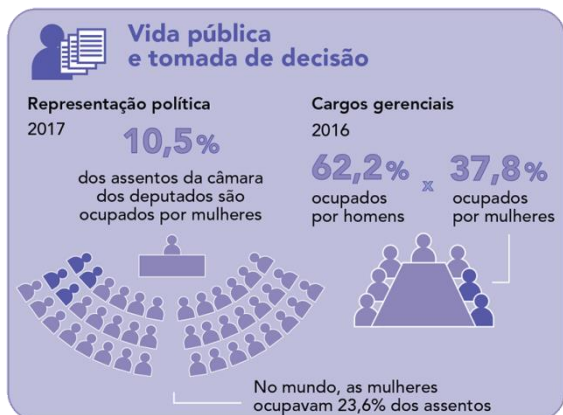
Inúmeras pesquisas têm sido realizadas em todo o mundo para identificar as desigualdades entre homens e mulheres no setor empresarial e no poder público e buscar alternativas que caminhem para uma situação mais igualitária. No Brasil, a análise de dados, a busca de alternativas também ocorre. Um artigo de Vanessa Ferreira publicado na plataforma digital *creditas* em outubro de 2019 faz uma análise da participação feminina no mercado privado no Brasil. Ela afirma que :

A igualdade de gênero e diversidade nas empresas são temas cada vez mais discutidos, dentro e fora das companhias. Embora as mulheres tenham conquistado uma participação cada vez mais efetiva no mercado de trabalho - atualmente, o público feminino representa 40% da população economicamente ativa, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - elas ainda ganham, em média, 20,5% menos que os homens e enfrentam desafios na progressão de carreira. No Brasil, apenas 13% das empresas têm CEOs mulheres, de acordo com o estudo mais recente realizado pelo Insper com a Talenses. Ainda segundo a pesquisa, elas ocupam 26% dos cargos de diretoria, 23% dos postos de vice-presidentes e 16% dos cargos em conselhos. De modo geral, elas têm, em média, 19% dos cargos de liderança nas empresas brasileiras (<https://www.creditas.com/exponencial/igualdade-de-genero-e-lideranca/> acesso em 01/02/2020).

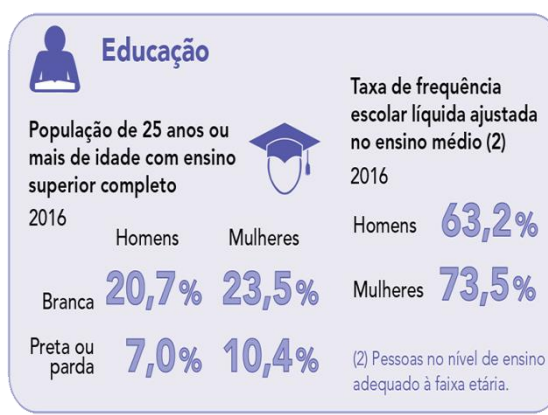
Vemos, portanto, que apesar dos números estarem crescendo, a participação feminina no mercado de trabalho no Brasil ainda é muito pequena, comparada com a participação masculina e há muitas variáveis a serem consideradas, por exemplo, a remuneração do trabalho feminino ainda é menor e a participação de mulheres em cargo de liderança é bem pequena.

As duas imagens abaixo foram retiradas da página Educa IBGE na aba indicadores sociais das mulheres no Brasil. A primeira traz uma análise da representatividade política das mulheres no país, enfatizando que os números representam menos da metade da representatividade em nível mundial. Quando se trata de cargos gerenciais as mulheres ocupam pouco mais da metade dos cargos ocupados por homens. E, na segunda imagem,

temos os números pertinentes à Educação, percebemos que as mulheres, de forma geral tem um grau de instrução superior aos homens



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Uma declaração de Bárbara Cobo, citada na reportagem, nos ajuda a compreender um pouco o cenário brasileiro atual:

O Brasil já superou o gargalo da educação, porque hoje as mulheres são mais escolarizadas do que os homens, mas isso ainda não está refletido no mercado de trabalho [...]. Ela está chegando mais escolarizada, então por que o rendimento ainda não está similar? Muito provavelmente ela está escolhendo ocupações que precisam de uma jornada de trabalho mais flexível porque ainda tem a carga de afazeres domésticos extremamente pesada (Bárbara Cobo – coordenadora de População e Indicadores Sociais do IBGE <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> - Acesso em 27/01/2020).

Na administração pública brasileira as posições de nível mais alto nas carreiras, e ao mesmo tempo os lugares de decisão de segundo, terceiro e quarto escalões são os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS).

Diante deste cenário paramos para analisar a participação das mulheres em cargos de gestão em um órgão ambiental brasileiro: Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Pra tal nos dedicaremos à análise da participação feminina em um cargo: O cargo DAS 101.3, que é o correspondente ao Superintendente Estadual do IBAMA. Nos debruçaremos, ao longo desta análise, na participação feminina nestas Diretorias, numa tentativa de averiguar o percentual de participação e representatividade feminina ao longo da história do Instituto.

METODOLOGIA:

Ao longo deste artigo fizemos uma análise participação feminina em cargos de gestão no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis- IBAMA. Iniciamos, na

introdução, traçando um cenário geral sobre a história da mulher no Brasil e sua participação no mercado de trabalho. Para isso tentamos compreender um pouco a situação histórico-social das mulheres no Brasil e cruzamos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com dados de páginas de notícias. Afunilamos então, para dados mais específicos sobre o IBAMA, que serão exibidos de agora em diante.

Os dados foram coletados no Diário Oficial da União, em Boletins Informativos do IBAMA e sites de notícia. Além da relação nominal e de gênero, obtivemos o período de cada gestão para as 27 Superintendências Estaduais. Os dados foram analisados e comparados entre as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), tentando verificar possíveis diferenças locais e regionais.

Os dados analisados compreendem o período aproximado de 30 anos do IBAMA, que foi criado em 22 de fevereiro de 1989 até dezembro de 2019. Trata-se de uma pesquisa com dados atualizados e não encontramos, nas nossas buscas, artigos que a pautassem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Dados gerais:

O quadro abaixo traz os números de superintendentes que assumiram as DAS 101.3 ocupadas por Superintendentes Estaduais do IBAMA entre fevereiro de 1989 e dezembro de 2019. Destacamos, do número total, a participação feminina nestes cargos e finalizamos com uma representação percentual destes números.

1. Superintendentes do IBAMA por Unidade da Federação

	Estados	Superintendentes	Mulheres
1	Acre	11	3
2	Alagoas	16	2
3	Amapá	18	6
4	Amazonas	12	1
5	Bahia	14	1
6	Ceará	14	0
7	Distrito Federal	13	5
8	Espírito Santo	18	3
9	Goiás	11	1

10	Maranhão	10	3
11	Mato Grosso	19	3
12	Mato Grosso do Sul	14	1
13	Minas Gerais	14	1
14	Pará	22	4
15	Paraíba	16	0
16	Paraná	12	0
17	Pernambuco	10	2
18	Piauí	14	2
19	Rio de Janeiro	16	2
20	Rio Grande do Norte	13	0
21	Rio Grande do Sul	9	2
22	Rondônia	18	1
23	Roraima	9	3
24	Santa Catarina	29	1
25	São Paulo	13	4
26	Sergipe	13	1
27	Tocantins	16	1
	Total	394 (média 14,59%)	53 (13,45%)

Curiosamente, as cinco regiões apresentam média do quantitativo de Superintendentes parecida com a média nacional nesses 30 anos de existência do IBAMA.

Considerando os 27 estados, a média nacional é 14,59 Superintendentes, o que equivale a aproximadamente uma troca a cada 2 anos. As médias de cada Região são: Região Norte (15,14), Região Nordeste (13,33), Região Centro-Oeste (14,25), Região Sudeste (15,25) e Região Sul (16,66).

Quatro estados não tiveram nenhuma mulher ocupando a direção da Superintendência, a saber: Ceará, Paraíba, Paraná e Rio Grande do Norte.

Nove estados tiveram apenas uma mulher nesse posto: Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Apenas nove unidades da federação tiveram de três a seis vezes sendo liderados por mulheres: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima e São Paulo.

Cinco estados tiveram mulheres por duas vezes na Superintendência: Alagoas, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

As mulheres estiveram por 53 vezes (13,45%) à frente da gestão das Superintendências, enquanto que os homens corresponderam a 341 vezes (86,55%). Contudo, vale destacar que desse total de 53 vezes, 22 mulheres (41,50%) alçaram a este posto nos últimos 5 anos (2015-2019), o que demonstra um aumento significativo da presença feminina neste período mais recente da história do Instituto.

Gostaríamos de retomar alguns dados apontados por Vanessa Ferreira na introdução deste texto: “No Brasil, apenas 13% das empresas têm CEOs mulheres[...] Ainda segundo a pesquisa, elas ocupam 26% dos cargos de diretoria, 23% dos postos de vice-presidentes e 16% dos cargos em conselhos. De modo geral, elas têm, em média, 19% dos cargos de liderança nas empresas brasileiras”. É importante considerar que estamos analisando cargos de diretoria e a média de representatividade das mulheres nas Superintendências Estaduais do IBAMA se tomarmos por base os 30 anos do nosso recorte é a metade da média das empresas privadas analisadas pela autora. Muitas perguntas nos inquietam ao compararmos estes dados: A ascensão das mulheres em empresas privadas segue um caminho diferente do serviço público? Os cenários regionais, estaduais e locais do IBAMA podem interferir nesta representatividade? São perguntas que certamente não conseguiremos responder no artigo ora proposto, mas que ficam como provocação para questionamentos e pesquisas posteriores, aprofundando estes primeiros números.

O IBAMA já teve 25 Presidentes definitivos e interinos e apenas 7 foram mulheres. No entanto, nos últimos quatro anos ocorreu algo inédito: duas mulheres ocupando a Presidência seguidamente. Foram elas a engenheira Marilene Ramos e a advogada Suely Mara Vaz Guimarães de Araujo. Nesse período houve aumento significativo da participação feminina nas Diretorias do Instituto

Outro dado importante para o que aqui tratamos é que enquanto finalizamos este artigo, em dezembro de 2019, existem 5 mulheres ocupando a gestão das Superintendências (Acre, Amapá, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Rondônia), o que equivale a 18,51% - valor ligeiramente maior que a média verificada nos últimos 30 anos (14,59%). Entretanto, tal percentual pode ser alterado com a definição das nomeações que ainda estão em aberto.

Vejam agora um recorte de Superintendentes por região:

Representação das Superintendências por região

Abaixo fizemos um recorte da ocupação das Superintendências Estaduais ao longo dos 30 anos que nos propusemos a analisar. Desta vez nossa proposta é analisar o recorte por região.

2. Região Norte

	Estados	Superintendentes	Mulheres
1	Acre	11	3
2	Amapá	18	6 (33,3%)
3	Amazonas	12	1
4	Pará	22	4
5	Rondônia	18	1
6	Roraima	9	3 (33,3%)
7	Tocantins	16	1
	Total	106 (média 15,14)	19 (17,92%)

A Região Norte apresenta uma troca constante nos cargos do IBAMA, especialmente nos estados do Pará, Amapá, Rondônia e Tocantins (que são alguns dos estados da Amazônia com maiores índices de desmatamento e queimadas). Contudo, três estados (Acre, Amazonas e Roraima) apresentam boa estabilidade administrativa (Isso talvez tenha explicação na hegemonia política nessas localidades).

A Região Norte também se destaca com Amapá e Roraima por terem altos índices de participação feminina da gestão do Instituto.

Amazonas, Rondônia e Tocantins tiveram apenas uma mulher ocupando o cargo de Superintendente Estadual.

Amapá e Roraima apresentaram os melhores índices percentuais (33,33%).

3.Região Nordeste

	Estados	Superintendentes	Mulheres
1	Alagoas	16	2
2	Bahia	14	1
3	Ceará	14	0

4	Maranhão	10	3 (30%)
5	Paraíba	16	0
6	Pernambuco	10	2
7	Piauí	14	2
8	Rio Grande do Norte	13	0
9	Sergipe	13	1
	Total	120 (média 13,33)	11 (9,16%)

A Região Nordeste conta com certa estabilidade administrativa, contudo com menor participação de mulheres na gestão. Inclusive, três estados (Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte) não tiveram nenhuma mulher à frente do Instituto ao longo de toda a sua história. Isso talvez tenha relação pela dominância política de grupos patriarcais estabelecidos na região, especialmente no interior dos estados.

O Maranhão apresenta o melhor índice percentual da região (30%).

4. Região Centro-Oeste

	Estados	Superintendentes	Mulheres
1	Distrito Federal	13	5 (38,46%)
2	Goiás	11	1
3	Mato Grosso	19	3
4	Mato Grosso do Sul	14	1
	Total	57 (média 14,25)	10 (17,5%)

Na Região Centro-Oeste verifica-se que as unidades da federação apresentam relativa estabilidade, com exceção do Mato Grosso – que é o único inserido na Amazônia Legal, onde há leis mais rigorosas com relação ao uso dos recursos naturais. Contudo, apenas o DF tem boa participação feminina – o melhor índice entre as 27 unidades da federação (38,46%).

5. Região Sudeste

	Estados	Superintendentes	Mulheres
1	Espírito Santo	18	3

2	Minas Gerais	14	1
3	Rio de Janeiro	16	2
4	São Paulo	13	4 (30,76%)
	Total	61 (média 15,25)	10 (16,4%)

Os dados da Região Sudeste são relativamente próximos da média nacional. Espírito Santo apresenta maior instabilidade administrativa. Contudo, São Paulo se destaca pela presença feminina na gestão do Instituto apresentando o melhor índice percentual do Sudeste (30,76%).

6. Região Sul

	Estados	Superintendentes	Mulheres
1	Paraná	12	0
2	Rio Grande do Sul	9	2 (22,22%)
3	Santa Catarina	29	1
	Total	50 (média 16,66)	3 (6%)

A Região Sul apresenta dados bem interessantes. Santa Catarina tem a maior rotatividade na Superintendência e dos 29 Superintendentes que lá estiveram apenas uma era mulher, o que coloca a Região com a maior média de Superintendentes. Por outro lado, Paraná e Rio Grande do Sul apresentam boa estabilidade. Contudo, é a Região Sul a que apresenta menor participação feminina.

O Rio Grande do Sul apresenta o maior índice da Região Sul (22,22%)

CONSIDERAÇÕES:

O serviço público está caminhando para eliminar a desigualdade de gênero, no entanto ainda há um longo caminho para percorrer.

Mesmo que esteja ocorrendo um aumento na participação das mulheres no comando das Superintendências Estaduais do IBAMA, especialmente nos últimos 5 anos, ainda assim o cenário de equilíbrio entre os gêneros está muito distante.

Infelizmente, das 27 Superintendências, 4 nunca tiveram nenhuma mulher na gestão e outras 9 contaram apenas uma vez com uma representante feminina. As Regiões Nordeste e

Sul apresentam alguns estados com os piores déficits de presença feminina nas posições de gestão do IBAMA.

Estes são dados iniciais de uma pesquisa que promete ser bastante desafiadora e enriquecedora na medida em que vai se aprofundando. Trouxemos aqui estatísticas e números. Tentamos confrontar estes números com números fornecidos pelo IBGE e por outras plataformas de dados no cenário nacional. Muitas perguntas, relacionadas à representatividade feminina, no entanto, nos inquietam: Quem são estas mulheres? O que fizeram à frente das Superintendências? Estavam articuladas com algum grupo mais local, regional ou nacional? Há como fazer uma análise comparativa de suas gestões com as gestões dos homens que estiveram também em seu mesmo cargo? São perguntas que nos movem a continuar a pesquisa, a trazer mais dados que nos auxiliem a compreender não apenas a representação feminina neste cargo, mas também as diferenças nas gestões (as ênfases, as tomadas de decisões, os focos, as relações entre tantas outras variáveis).

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Lei Federal nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17735.htm

DEL PRIORI, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

IBAMA. 2016. Relação dos presidentes do Ibama de 1989 a 2016. Brasília: ASCOM/IBAMA. 5p. Disponível em: http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/468920/RESPOSTA_PEDIDO_Relao%20dos%20presidentes%20do%20Ibama%20de%201989%20a%202016.pdf

SALERA JÚNIOR, G. 2014. Superintendentes do IBAMA nos Estados. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/4972386>

SALERA JÚNIOR, G. 2015. Presidentes e Diretores do IBAMA. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/5052073>

SALERA JÚNIOR, G. 2016. A força da Mulher no IBAMA. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/cronicas/5668266>

WIKIPÉDIA. 2019. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Brasileiro_do_Meio_Ambiente_e_dos_Recursos_Naturais_Renov%C3%A1veis

WIKIPÉDIA. 2019. Lista de Presidentes do IBAMA. Disponível em:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_presidentes_do_Instituto_Brasileiro_do_Meio_Ambiente_e_dos_Recursos_Naturais_Renov%C3%A1veis

<https://www.creditas.com/exponencial/igualdade-de-genero-e-lideranca/> acesso em 01/02/2020
<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html> - Acesso em 27/01/2020